



Quatorze novas leis foram aprovadas pelo parlamento

Contribuição previdenciária de servidores esteve entre as mais polêmicas

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Convocada extraordinariamente pelo governador Luiz Henrique da Silveira no dia 13 de janeiro, a Assembleia Legislativa analisou, discutiu, realizou audiências públicas e votou - no período de 14 a 30 -, dezesseis proposições, quinze delas remetidas pelo Executivo e uma de origem parlamentar. Quatorze foram aprovadas, algumas delas, depois de rejeitadas nas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação, foram resgatadas através de recursos em plenário.

O Projeto de Lei Complementar (PLC) 02.9/04, que instituiu a contribuição previdenciária

única de 11% para os servidores públicos, foi o principal motivador da iniciativa governamental. "Esta matéria representa a essência da convocação", afirmou o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB). Em sua quase totalidade, a pauta provocou muitas polêmicas, com destaque para a instituição do Programa de Parcerias Público-Privadas, a autorização para cessão de créditos fiscais com deságio, o programa de participação de organizações civis e as autorizações para a venda imóveis do sistema penitenciário e contratação de empréstimo pela Casan, no valor de R\$ 200 milhões.



Servidores e representantes da sociedade civil lotaram as galerias para acompanhar a votação

Páginas 6 e 7

Recesso termina no dia 16

Encerrado o período de convocação extraordinária, a Assembleia reiniciou o recesso parlamentar. No dia 16 de fevereiro, inicia efetivamente o ano legislativo, com leitura de mensagem do Executivo, em sessão solene, a partir das 16 horas.

Nas duas primeiras semanas de fevereiro, o Legislativo funciona em horário especial de verão, das 13h às 19h.

Chefe do Legislativo assume governo estadual

(Foto divulgação/Sec. de Estado da Informação)



Deputados Agostini e Morastoni, no ato de transmissão da presidência da Assembleia ao primeiro

Em solenidade realizada no dia 23, no auditório do Centro Administrativo estadual, o deputado Volnei Morastoni (PT) assumiu interinamente o governo de Santa Catarina, ficando no cargo durante 13 dias (de 23 de janeiro a 4 de fevereiro). O governador

Luiz Henrique da Silveira entrou em férias e o vice, Eduardo Pinho Moreira, viajou em missão oficial à Rússia. Antes da transmissão de cargo, Morastoni passou a presidência da Assembleia Legislativa para o 1º vice-presidente, deputado Onofre Agostini (PFL).

Páginas 4 e 5

Fórum do Aquífero Guarani percorrerá estado

A partir do mês de março, o Fórum Parlamentar Permanente de Preservação do Aquífero Guarani e da Bacia do Rio Uruguai iniciará um ciclo de seminários que será realizado em cada uma das 29 cidades-sede das secretarias estaduais de Desenvolvimento Regional.

Página 3

Embaixadores visitam Assembléia

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

Polônia

O embaixador da Polônia, Krzysztof Jacek Hinz, visitou a Assembléia no dia 13, sendo recepcionado pelo vice-presidente Onofre Agostini (PFL). Na conversa com o parlamentar, o embaixador comentou que, assim como Santa Catarina, seu país se destaca em seu continente pelas reservas naturais, as mais antigas do Leste europeu. "Era antiga floresta europeia onde se desenvolviam mamíferos de grande porte", lembrou. Krzysztof informou que, em 1º

de maio, a Polônia, juntamente com outros dez países, entrará oficialmente para a Comunidade Européia. "Nosso país é pequeno se comparado com as dimensões do Brasil, mas na Europa é de médio para grande porte". Agostini disse ao embaixador do carinho que Santa Catarina tem pelo povo polonês. "No meu município, Curitiba, religiosos poloneses tiveram grande importância na pacificação de conflitos", contou. Esta é primeira vez que o embaixador da Polônia faz visita oficial à capital Catarinense. (SD)



Agostini e o embaixador da Polônia



Mônica Gregorescu, embaixadora da Romênia, e Morastoni

Romênia

A embaixadora da Romênia Mônica Mariana Gregorescu esteve na tarde do dia 14 em visita protocolar ao Legislativo. Ela foi recebida pelo presidente Volnei Morastoni (PT), pela deputada Simone Schramm (PMDB) e pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL).

No encontro, foram trocadas impressões e informações sobre o Brasil e a Romênia, país do Leste Europeu. Mônica elogiou o contexto democrático do Brasil e a elegância e equilíbrio com que se deu a transição de Poder entre o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Isso se chama democracia consolidada".

Na Romênia, nas últimas eleições, o poder passou da esquerda para a direita, retornado à esquerda. A diplomata fez uma explanação para conhecimento dos deputados sobre as mudanças, principalmente no que se refere as leis, para que o país participe da União Européia. "Houve uma grande troca de leis. No ano passado, mudamos toda a constituição para que ela se tornasse mais clara no que se refere a parcerias privadas. Também fizemos um pacote de leis anticorrupção".

A embaixadora destacou a parceria comercial entre os dois países e a grande admiração de seu povo pela cultura brasileira, principalmente a literatura. (SD)

Projeto Antonieta de Barros revela talentos

Os 20 jovens selecionados em 11 comunidades carentes da Ilha e do Continente, pelo Projeto Antonieta de Barros, para atuar na Alesc como estagiários, já começaram a trabalhar. Filhos de famílias carentes cuja renda familiar não ultrapassa 2,4 salários mínimos, eles estudam em escolas públicas e integram grupos socialmente excluídos (negros, portadores de necessidades especiais e moradores de periferia). O estágio, que possibilita a atuação deles em diversos setores da Casa, tem duração de um ano, prorrogável por mais um.

Antes de começarem a atuar, eles

participaram de cursos de preparação e apresentação da Casa e optaram pelo setor que mais correspondeu as suas expectativas e aptidões.

O programa - Com dimensão formativa e educativa, o projeto pretende fortalecer a auto-estima dos estagiários, identificar suas potencialidades e reforçar a idéia de que eles podem "ser e fazer o que pretendem para alcançar seus projetos pessoais", argumenta a coordenadora, Jeruse Romão.

"Queremos trabalhar a capacidade de decisão desses jovens e encaminhá-los de acordo com a vocação de cada um", esclarece.

Devolução e doação

A deputada Ana Paula Lima (PT) devolveu à Assembléia a remuneração extra, que recebeu pela interrupção do recesso parlamentar, consequência da convocação extraordinária. A parlamentar entregou ao departamento financeiro da Casa um cheque no valor de R\$ 8.547,75 - valor líquido que recebeu pela convocação. Ao término dos trabalhos, devolveu

valor idêntico, recebido por conta da desconvocação, totalizando a devolução de R\$ 17.095,50.

Doação - Já o deputado Nilson Nelson Machado-Duduco (PP), doou o primeiro salário da convocação ao Lar Recanto do Carinho, instituição localizada em Florianópolis que abriga cerca de 50 crianças e adolescentes até 16 anos, portadoras do vírus HIV. (TK/DAB)

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kelen Bordini, Linete Martins, Lisa Mara Torini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marcos Antônio Oliveira, Mariana C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Proj. Antonieta de Barros: Taciana Terezinha da Silva e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn e Luciano de C. Oliveira

Diagramação e artes: Rafael dos Santos

Revisão: Celso A. S. da Rosa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

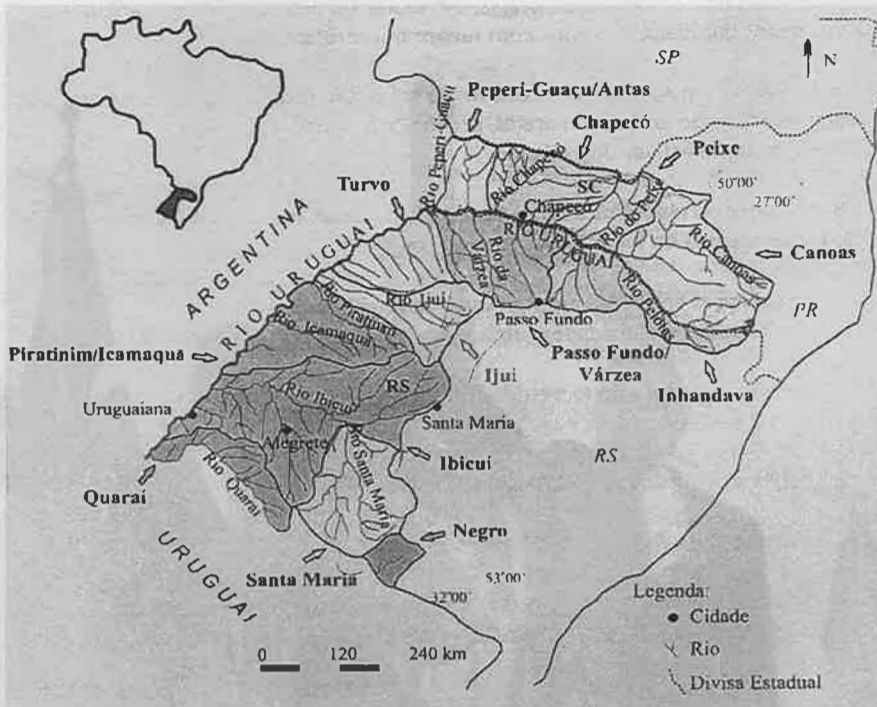
Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolô de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

ni e Bacia do Uruguai

realizará seminários regionais



Parlamentar Per-
manente para a Preser-
vação da Bacia do Rio
do Aquífero Guarani,
no dia 27, a realização,
a partir de março, de um ciclo de
seminários regionais, come-
çando por Lages e passando por
todas as cidades em que há sede
de secretarias de Estado regio-
nais. "Queremos divulgar, cons-
cientizar, esclarecer a população,
sobre o Aquífero e a Bacia do Rio
Uruguai, dando ênfase em sua
preservação", resumiu o depu-
tado Sérgio Godinho (PTB), que
preside o Fórum, integrado tam-
bém pelos deputados Joares Pon-
ticelli (PP), Romildo Titon
(PMDB), Jorginho Mello (PSDB),
Dionei Walter da Silva (PT), An-
tônio Ceron (PFL) e Odete de Je-
sus (PL).

Nos seminários serão distribu-
ídas cartilhas, também apresenta-
das na reunião, que trazem infor-
mações sobre a extensão, a impor-
tância e a necessidade imediata de
ações que efetivamente preservem
uma das maiores reservas de água

doce do planeta - o Aquífero - e
as Bacias do Rio Uruguai e Rio
do Prata. A Bacia do Rio Uruguai
é uma das formadoras do estuário
do Rio do Prata e, em quase
sua totalidade, está sobre o Aquí-
fero Guarani. Para preservá-los,

os estados de Santa Catarina e Rio
Grande do Sul, principalmente,
estão buscando integrar suas
ações. "Estamos falando de água
potável, o bem mais importante
da humanidade. O Aquífero Gua-
rani abrange 49 mil quilômetros

Catarina e Rio Grande do Sul, para
a elaboração de planos diretores
de saneamento básico. O BID, con-
forme Bicca, estaria pronto para
doar aos dois estados um total de
US\$ 1,5 milhão, sendo US\$ 750

mil para cada, que seriam investi-
dos nos planos. Ele alertou para
a necessidade dos executivos es-
taduais empenharem-se no imedi-
ato desenvolvimento e encami-
nhamento de projetos para a pre-
servação e recuperação ao gover-
no federal.

Disse ainda, que o ministro das
Cidades, Olívio Dutra já disponi-
bilizou recursos destinados espe-
cificamente às empresas de sane-
amento estaduais do Rio Grande
do Sul e de Santa Catarina, para
projetos em cidades abrangidas
pela Bacia do Uruguai. "São R\$ 5
milhões para cada uma e sua li-
beração só depende da apresen-
tação dos projetos ao Ministério
pelas empresas dos dois estados",
explicou. Menos de 5% dos mu-
nicípios abarcados pela Bacia do
Rio Uruguai têm saneamento bá-
sico. Em Santa Catarina, 147 mu-
nicípios, totalizando população de
dois milhões de pessoas, estão na
área da Bacia, e no Rio Grande do
Sul são 230 municípios e 3,5 mi-
lhões de pessoas. (MMV)

Bicca informou aos pre-
sentes que o Ministério
do Planejamento, Orça-
mento e Gestão já enca-
minhou ao Banco Inter-
americano de Desenvolvi-
mento (BID), o protocolo
assinado pelos três pode-
res dos estados de Santa

Catarina e Rio Grande do Sul, para
a elaboração de planos diretores
de saneamento básico. O BID, con-
forme Bicca, estaria pronto para
doar aos dois estados um total de
US\$ 1,5 milhão, sendo US\$ 750

Redução do número de vereadores

O Fórum Parlamentar Per-
manente de Vereadores,
presidido pelo depu-
tado Lício Mauro da Silveira (PP),
reuniu-se no dia 15 para apre-
sentar minutas de ofícios para
as respostas das câmaras mu-
nicipais aos questionamentos do
Ministério Público sobre a re-
dução do número de vereadores.
As minutas foram elabora-
das por um grupo de advoga-
dos especializados em gestão
pública e apresentadas aos ve-
readores durante encontro no
plenarinho da Assembléia. O
principal argumento defendido
é que a competência para defi-
nir o número é de cada câmara,
conforme está previsto na Con-
stituição Federal. "A nossa Con-
stituição é de 1988 e só agora o Mi-
nistério Público está contestando o
número de vereadores", diz Lício.

Pelas condições atuais, os mu-
nicípios possuem de nove a 21 ve-
readores, de acordo com o número de
habitantes. Para aplicação desta nor-
ma deve ser feito cálculo de propor-
cionalidade em relação ao número
de habitantes em cada município.
Para o MP, os limites de cadeiras
nas câmaras de vereadores ficam es-
tabelecidos de acordo com a propor-
cionalidade de um vereador a cada



Deputado Lício durante reunião do Fórum com vereadores

76.923 habitantes. Em Santa Ca-
tarina haveria a redução de 333
vereadores, em 86 municípios.

Segundo Lício, o Supremo Tri-
bunal Federal apresenta cálculo da
proporcionalidade diferenciado.
"Essa medida do MP não vai re-
duzir os custos das Câmaras de
Vereadores porque o valor repas-
sado em forma de duodécimo já é
fixado na Constituição. Vai redu-
zir sim, a representatividade", sa-
lienta.

O advogado Mayr Godoy, espe-

cialista em gestão pública, reafirmou
a posição de que a Constituição esta-
belece que as câmaras possuem a com-
petência para definir o número de ve-
readores.

Godoy acredita que dentro das con-
dições postas para a redução, muitos
partidos perderão a representativa-
de. Segundo ele, diminui-se o núme-
ro de vereadores, mas aumenta-se o
quociente eleitoral ficando propício
a que determinados grupos de maior
poder comandem as casas legislati-
vas nos municípios. (SD)



Ministro Anderson Adauto

Duplicação da BR-101

Durante a visita do Ministro dos Transpor-
tes, Anderson Adauto, a Florianópolis no
último dia 19 para explicar o programa de Par-
ceria Público Privado (PPP) federal, que prevê
um novo modelo para o setor de rodovias, o
presidente da Assembléia, deputado Volnei
Morastoni (PT), reafirmou a importância da
duplicação da BR-101, no trecho Sul.

O ministro informou que os envelopes da
licitação seriam abertos em 45 dias. E, se com-
provada a tendência de redução nos valores
da obra - no trecho referente ao Rio Grande do
Sul houve queda em torno de 36% no preço -
agosto poderá ser o mês de referência para o
início da duplicação do trecho de Palhoça até
Osório (RS). "Se em Santa Catarina, que sig-
nifica 2/3 da duplicação, for confirmada a re-
dução de valores, isso deve deixar o presidente
Lula animado para liberar os recursos neces-
sários", declarou Adauto. (SD)

As ações do presidente da Cas

Na solenidade de transmissão de cargo, que contou com a presença maciça de lideranças políticas, autoridades estaduais, federais e municipais, tanto o governador quanto Morastoni, bem como os deputados presentes, consideraram o ato como uma forma de valorização do Poder Legislativo. Na foto, Morastoni, LHS e esposas



Acc

Na manhã de 30 de janeiro, o prefeito Neodi e o governador em exercício inauguraram os quatro quilômetros de asfalto da rodovia de acesso ao Aeroporto de Comoró. No ato de inauguração, o governador assinou um termo de compromisso para a iluminação pública e o balizamento do trecho Municipal.

Participou ainda da inauguração da 3ª Tecnoestrutura Tecnológica Rural de Santa Catarina, que reúne 72 estantes voltadas à agricultura familiar.

Novas leis

A primeira audiência do governador em exercício, deputado Volnei Morastoni (PT), no dia em que assumiu, foi marcada pela sanção de dez projetos, entre eles o que reconhece o município de São José como a capital catarinense das tradições açorianas e o Projeto de Lei nº 448, de autoria do deputado Pedro Baldissera (PT), que garante que todos os membros de famílias de produtores rurais que trabalhem em regime de economia familiar podem constar do mesmo talão de notas fiscais.

Rizicultura

Recebeu o presidente da Associação dos Rizicultores do Vale do Rio Tijucas, Ezau Tamazia, e o vereador Adalto Gomes, que pediram o início das obras de transposição das águas do Rio Campo Novo para irrigar as plantações de arroz.

Com a obra, prevista no Orçamento deste ano e que deve custar R\$ 152 mil, cerca de 300 hectares de arroz receberão as águas do Rio Campo Novo, beneficiando dezenas de agricultores. O pedido foi encaminhado para avaliação das secretarias da Agricultura e de Desenvolvimento Regional de Brusque.

Dragagem

Morastoni determinou a realização de estudos administrativos para o repasse de recursos na ordem de R\$ 725 mil para a dragagem de quatro trechos do Rio Itajaí Mirim Velho, cujo projeto de reativação discutiu com o Secretário do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio-Ambiente.

Setor pesqueiro

No dia 26 de janeiro, recebeu o subsecretário de Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap), Célio Antônio, e alguns representantes de associações de pescadores de Santa Catarina. Antônio informou que a Seap possui R\$ 1,5 milhão para investir em unidades de beneficiamento de pescados no Estado e forneceu esclarecimentos sobre um convênio entre o governo do Canadá e a Secretaria, onde estão previstos investimentos de US\$ 30 milhões para a instalação de um Centro de Referência em Maricultura em Santa Catarina. A Epagri deverá gerenciar as ações.

Maciço do Morro da Cruz

Encontrou-se no dia 30 com o coordenador do Fórum do Maciço da Cruz, padre Wilson Groh, de quem recebeu documento contendo uma série de propostas visando à promoção da inclusão social na região com a participação direta do governo no processo. A criação de uma polícia comunitária interativa, a instalação de uma rádio comunitária, a instituição de escola aberta, a construção de um complexo esportivo e a adoção de um programa de in-

clusão digital são os principais pontos do documento. O programa de inclusão digital prevê a instalação de dois laboratórios de informática, nas escolas Lauro Müller e Henrique Stodieck, com o objetivo de formar numa primeira etapa 365 alunos, 32 professores e 16 monitores.

Na oportunidade, Morastoni entregou cheques no valor de R\$ 3 mil cada ao Centro Cultural Escrava Anastácia e à Casa da Criança do Morro do Mocotó.

Enchentes

No dia 28 de janeiro, Morastoni sobrevoou parte da Capital e dos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu, na Grande Florianópolis, para verificar *in loco* a extensão dos estragos causados pelas fortes chuvas que caíram sobre a região. Houve enxurradas ou inundações bruscas em 10 municípios da região da Grande Florianópolis.



Presos p

Morastoni Interce...
200 catarinenses an

Indaial e

Assinou convênio...
das entre a Compan...
água, esgoto sanitár

Apoio ao

O governador int...
Brasileiro de Parap...
decisão foi anuncia...
ABP, Christian Jutgl...
a necessidade de re...
é oferecido por vári

Memoria

No domingo (1º/0...
Falanstério e Home...
valor de R\$ 50 mil...
Através da orienta...
compostos minerais

Recursos

No dia 27 de jane...
e do secretário de L...
ção dos serviços de...
de R\$ 1 milhão e 71...
aos laudos represen...
período de 1999 a j

Obras e

Na secretaria de L...
Itajaí, fez a entrega...
empresas vencedori...
melhorias, reforma...
num total de 46 u...
na região.

Assinou ainda a...
de convênio com a

ECIAL

o comando interino do Executivo

o asfáltico e 3ª Tecnoeste

28 de
te do
(PT),
cício
três
to da
o ao
rdia.
; ass-
com-
nação
opor-
aber-
Show
Deste
feira
posi-
ogias
a fa-



Neodi Saretta e Morastoni no ato de inauguração

Formatura

Em Itajaí, no dia 29, participou da formatura das crianças participantes do Projeto Golfinho, em solenidade realizada defronte ao Posto de Salva-Vidas da praia de Cabeçudas.



áticos

junto ao Ministério da Justiça para acelerar os processos de 26 de um total de ados e com direito a indenização.

Casan

oneiro, instituindo, no município de Indaial, a gestão de ações compartilhadas com a Prefeitura Municipal de Indaial, a Associação Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) e a prefeitura, nos serviços de drenagem pluvial e resíduos sólidos.

vôo-livre

o garantiu apoio do Estado para a realização da *Etapa Sul do Campeonato Brasileiro de Parapente*, que acontecerá no mês de abril, em Santo Amaro da Imperatriz (SC). A reunião foi realizada com o vice-presidente da Associação Brasileira de Parapente e com o deputado estadual Dionei Walter da Silva (PT). Também foi discutida a implementação do esporte, principalmente a exploração do serviço de vôo-duplo, que já existe em alguns municípios do Estado.

em São Francisco do Sul

Morastoni assinou termo de compromisso para a instalação do memorial do município de São Francisco do Sul, na Vila da Glória, em São Francisco do Sul. O convênio será no valor de R\$ 200 mil.

da Univille será criada uma cooperativa na Vila da Glória para a extração de plantas e animais que serão utilizados na fabricação de medicamentos naturais.

para Hospital Marieta

acompanhado do secretário estadual da Saúde, Fernando Agostini - *Coruja*, o governador assinou o Convênio de Fomento Regional, Paulo Márcio Cruz, assinou convênio para manutenção e custeio do Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen, no valor de R\$ 10 milhões. Também assegurou a liberação da segunda parcela de recursos referentes às Autorizações de Internação Hospitalar - AIHs não pagas pelo Estado) no ano de 2003, representando um total de R\$ 821,815 mil.

escolas

o envolvimento Regional de R\$ 10 milhões para a contratação de serviços para a ampliação de 26 escolas, além das escolas existentes. A contratação para a realização da 4ª Mostra Internacional de Teatro de Grupo e 8ª Mostra Itajaiense de Teatro.

no valor de R\$ 75 mil, para custeio do 7º Festival de Música Cidade de Itajaí; a autorização para a cessão de subvenção social no valor de R\$ 40 mil para a realização dos Jogos Regionais Paradesportivos; e a entrega de cheque de subvenção social no valor de R\$ 35 mil para a realização da 4ª Mostra Internacional de Teatro de Grupo e 8ª Mostra Itajaiense de Teatro.

Estaleiro em Navegantes



Reunião com empresários do setor naval definiu instalação de estaleiro

Em reunião com a diretoria do estaleiro Aker-Promar, em audiência no dia 27 de janeiro, foi definida a instalação da indústria de construção naval, de capitais norueguês e brasileiro, no município de Navegantes. Morastoni assegurou aos empresários que o governo catarinense vai equiparar as condições tributárias às oferecidas pelos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e apressar, dentro dos limites legais, todas as etapas do licenciamento ambiental para que as obras

possam ter início em 1º de junho deste ano.

Com um investimento de 40 milhões de dólares, o estaleiro Aker-Promar será o segundo maior do Brasil, deverá ter a implantação concluída até final de 2005, e centrará suas atividades na construção de navios e plataformas marinhas e em reparos náuticos. Vai gerar, numa primeira etapa, 1.500 empregos diretos, devendo aumentar este número para 4.500 quando estiver em plena atividade.

Pró-emprego

Sessenta municípios catarinenses de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) serão beneficiados na primeira fase do Fundo Pró-emprego. Os convênios para operacionalização do Fundo foram assinados com a Agência Catarinense de Fomento S.A. (Badesc) e Besc durante a primeira reunião deste ano do Conselho de Desenvolvimento de Santa Catarina (Desenvesc), presidida pelo governador em exercício, Volnei Morastoni, no dia 30.

Legislativo encerra convocação extraordinária

A maior parte dos projetos foi votada em plenário nos dias 28 e 29. Na Ordem do Dia de quinta-feira (29), foram aprovadas a criação da Unidade de Coordenação do Prodetur Sul/SC; a proposta original do governo para venda ou permuta de imóveis do sistema penal e a autorização para que o governo faça a cessão de créditos fiscais. Encerrada a Ordem do Dia, o PMDB ingressou com quatro recursos junto à Mesa para que o plenário apreciasse projetos rejeitados ou sobrestados pelas comissões de Constituição e Justiça, e de Finanças. A sessão foi interrompida pouco antes das 12 horas para reunião do colégio de líderes, por solicitação do líder do governo, Herneus de Nadal

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Por volta das 12h30, a sessão plenária reiniciou com polêmicas sobre encaminhamentos. A bancada petista decidiu obstruir (saindo do plenário) a votação dos recursos apresentados pela bancada do PMDB sobre os projetos que estabelecem desconto previdenciário; o que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP), e o que institui o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais, por "quebra de acordo de líderes", conforme argumentou o líder da bancada, deputado Afrânio Boppré.

Os dois primeiros foram rejeitados na CCJ, enquanto que o do Programa de PPP foi sobrestado na Finanças. Segundo o relator do projeto na Finanças, deputado Antônio Carlos Vieira - *Vieirão* (PP), a decisão por sobrestar - e não arquivar - foi justamente para aguardar a votação de proposta semelhante que tramita no Congresso Nacional. "Vamos ter que revisar depois de aprovada a lei nacional", sintetizou. A matéria recebeu 20 votos favoráveis e cinco contrários.

Descentralização - Outro projeto aprovado, apesar da obstrução do PT, atendendo a recurso para apreciação em plenário, foi a descentralização de créditos orçamentários (PL n° 494/04), que permite, segundo o líder do governo, Herneus de Nadal (PMDB), que as secretarias regionais utilizem diretamente os recursos orçamentários de cada rubrica. As duas Comissões rejeitaram o projeto, acatando parecer dos relatores. Duas emendas de autoria do deputado *Vieirão*, foram aprovadas. Conforme o parlamentar, suas emendas impedem que os recursos definidos nas rubricas do Orçamento estadual sejam utilizados em áreas diferentes. (MMV/DAB)



Presidentes das Comissões promoveram reuniões conjuntas no plenário

Servidores vão contribuir com 11% à previdência

A contribuição previdenciária de 11% para todos os servidores, teve parecer contrário da Comissão de Finanças e Tributação, que reuniu-se na tarde do dia 29 para apreciar a proposta que havia sido rejeitada na CCJ. Recurso apresentado em plenário pelo PMDB foi aprovado, permitindo que a matéria voltasse à tramitação.

Novo recurso foi apresentado pela bancada peemedebista para trazê-la à

plenário. O parecer contrário da Finanças foi rejeitado por 16 votos contra 11. Antes da votação da proposta original, lideranças das bancadas fizeram suas argumentações. "Não estamos discutindo o sistema previdenciário do Estado, apenas a taxação. Na verdade, aprovada esta proposta, a Assembléia estará dando uma carta branca para o governo simplesmente aumentar sua arrecadação

em R\$ 10,5 milhões", disse o líder da bancada pefelista, Antônio Ceron, apoiado pelos deputados Afrânio Boppré, líder da bancada petista, e Antônio Carlos Vieira e Celestino Secco, ambos do PP. Novamente, o deputado Herneus argumentou que a proposta é imperativo da reforma da Previdência aprovada pelo Congresso Nacional. A votação foi favorável ao projeto do governo, por 21 votos contra 14. (MMV/DAB)

Estado poderá "vender" créditos fiscais

Outra vitória do governo ficou por conta da aprovação por 28 votos a favor, seis contra e uma abstenção, do Projeto de Lei n° 04/2004, que permite ao Estado realizar, através de processo licitatório, a cessão de direitos sobre os créditos tributários decorrentes de acordos de parcelamento de débitos com o fisco estadual. Em síntese, o governo poderá, por licitação, "vender" com deságio - também definido no processo -, os créditos a que tem direito para instituições financeiras. "Desta forma asseguramos receita ao Estado", resumiu o líder do governo, Herneus de Nadal (PMDB), enquanto que os deputados Antônio Ceron (PFL), presidente

da Comissão de Finanças, Joares Ponticelli (PP) e João Paulo Kleinübing (PFL), presidente da Comissão de Constituição e Justiça, avaliaram a proposta como uma antecipação de receita sem garantias, já que o deságio vai representar renúncia fiscal.

Duas emendas a esta matéria também foram aprovadas. Uma delas, de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira - *Vieirão* (PP), determina que as empresas possam, no prazo de 30 dias a partir da licitação, quitar seus débitos com o deságio. Outra, do deputado Paulo Eccel (PT), restringe o uso da modalidade ao tempo de duração do atual governo. (MMV)

Polêmica sobre salário do governador

A última sessão plenária encerrou com a votação do projeto de autoria do deputado Rogério Mendonça-Peninha (PMDB), que aumenta de R\$ 8 mil para R\$ 10 mil o salário do governador do Estado. Mais uma vez, a polêmica reinou antes da proposta ir à votação. Os deputados oposicionistas criticaram a proposição, que poderia ser examinada em período de funcionamento normal do Legislativo e Boppré anunciou mais uma obstrução do PT, argumentando que houve "quebra de acordo de líderes". No placar, 19 deputados votaram a favor, e cinco contra. (DAB/MMV).

Venda de imóveis prisionais

Substitutivo global do deputado Afrânio Bopp (PT) ao Projeto de Lei nº 03/04, que autoriza o governo estadual a vender ou permutar imóveis pertencentes ao sistema prisional estadual, aprovado nas Comissões de Constituição e Justiça, e de Finanças, foi derrubado em plenário por 22 votos. Automaticamente, foi aprovada a proposição original remetida pelo governo.

A proposta derrubada tinha como principal diferencial a proibição da venda de

50% da área da penitenciária de Florianópolis (no Bairro Agrônômica) que seria utilizada para instalação de centros de cultura, lazer e esporte. "Já existe uma área que não se pode mexer, que é reserva de Mata Atlântica. Se a proposta do deputado Afrânio passasse, o governo só disporia de 1/4 do total da área para vender, inviabilizando um negócio que permita a retirada da penitenciária do local", justificou o deputado Ronaldo Benedet (PMDB). (MMV)

(foto Giancarlo Bortoluzzi)



Venda de imóveis do sistema penal foi discutida em audiência pública

Casan

Após uma breve suspensão na reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça, iniciada às 14 horas do dia 28 (quarta-feira), os parlamentares foram à plenário às 16 horas, atendendo solicitação do presidente da Casa em exercício, deputado Onofre Agostini (PFL). Foram votadas cinco matérias apreciadas pela CCJ na parte da manhã, um destaque e o recurso da bancada do PMDB sobre o projeto de descentralização de créditos orçamentários que havia sido arquivado pela CCJ.

Com 32 votos favoráveis, o PL 06.7/04, que autoriza empréstimo da Caixa Econômica Federal (CEF), no valor de R\$ 200 milhões à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), foi aprovado. Emenda do deputado Reno Caramori (PP), que teve pedido de destaque feito pelo líder do

governo, Herneus de Nadal (PMDB), para apreciação em separado, foi rejeitada. A emenda estabelecia que os recursos deveriam ser priorizados para 30 municípios onde foram constituídas empresas de saneamento que estabeleceram convênios com o governo estadual e onde já houve investimento em obras.

De acordo com Herneus, o presidente da Casan, Walmor de Lucca, considerou que a emenda de Caramori dificultaria os investimentos, até porque vários destes municípios não teriam renovado os convênios. Caramori, por sua vez, argumentou que a emenda não impunha a prioridade em caso de convênios não renovados. Emenda apresentada pelo petista Dionei da Silva, que atrela a liberação de recursos ao estabelecimento formal de convênios entre municípios e governo, foi aprovada. (MMV)

Organizações sociais

Através de novo recurso da banca da peemedebista à Mesa Diretora no último dia de sessões plenárias, o parecer contrário dado pela Comissão de Finanças ao PL nº 260.8/03, que institui o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais, foi votado em plenário e rejeitado por 20 votos contra 16. Em seguida, o presidente em exercício, deputado Onofre Agostini (PFL), colocou em votação o projeto original do governo, que teve a aprovação de 21 parlamentares, contra 16 contrários.

Com isso, o Executivo vai poder selecionar organizações sociais (pessoas jurídicas de direito privado), para atuar no setor de prestação de serviços não exclusivos ao governo, nas áreas de saú-

de, ensino, cultura, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio-ambiente.

"Dezenas de pessoas batem às portas dos nossos gabinetes todos os dias, porque não têm serviços de alta e média complexidade. O consórcio que administra o Hospital de Chapecó não está atendendo as necessidades", defendeu Herneus de Nadal, acompanhado em seu raciocínio pelo deputado pefelista, João Rodrigues.

Tramitando na Casa desde o ano passado, o projeto foi debatido em audiências públicas, uma delas ainda em 2003 e outra realizada no dia 21 de janeiro. Conforme avaliaram deputados oposicionistas, sindicatos e secretários municipais de saúde, o programa contraria e enfraquece o SUS. (MMV)

Confira o que foi aprovado:

Projeto de Lei (PL) nº 01.2/2004 - Aprovado
Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP

Relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - deputado Herneus de Nadal (PMDB);

Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - deputado Antônio Carlos Vieira - *Vieirão* (PP)

Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 01.8/04 - Sobrestado (pode ser apreciado posteriormente)

Transforma o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina - Instituto Cepa/SC em Fundação de Economia, Planejamento e Análise de Santa Catarina - Fundação Cepa

Relator na CCJ - deputado Celestino Secco (PP)

Relator na CFT - deputado Nelson Goetten (PFL)

PL nº 02.3/04 - Aprovado

Prorroga contrato por prazo determinado de servidores do Sistema de Atendimento ao Adolescente Infrator.

Relator na CCJ - deputado Joares Ponticelli (PP)

Relator na CFT - deputado Manoel Motta (PMDB)

PL nº 03.4/04 - Aprovado

Autoriza o governo a vender ou a permutar imóveis do sistema penal

Relator na CCJ - deputado Afrânio Bopp (PT)

Relator na CFT - deputado Rogério Mendonça - *Peninha*

PL nº 04.5/04 - Aprovado

Autoriza o Executivo a "vender" créditos da dívida pública já parcelados para instituições financeiras, com deságio, através de processo licitatório

Relator na CCJ - deputado Paulo Eccel (PT)

Relator na CFT - deputado Wilson Vieira - *Dentinho* (PT)

PL nº 05.6/04 - Sobrestado

Autoriza o governo a vender o avião Cessna Citation

Relator na CCJ - deputado Ronaldo Benedet (PMDB)

Relator na CFT - deputado Manoel Motta (PMDB)

PLC nº 03.0/04 - Aprovado

Cria a Unidade de Coordenação Estadual do Prodetur Sul/SC. A Unidade, que terá 19 cargos comissionados criados também através do projeto, será responsável pela implementação de ações para o desenvolvimento do turismo.

Relator na CCJ - deputado Celestino Secco (PP)

Relator na CFT - deputado Rogério Mendonça - *Peninha* (PMDB)

PL nº 06.7/04 - Aprovado

Autoriza o governo estadual a avaliar financiamento da Casan, no valor de

R\$ 200 milhões, junto à Caixa Econômica Federal

Relator na CCJ - deputado Herneus de Nadal (PMDB)

Relator na CFT - deputado Reno Caramori (PP)

PL nº 493/03 - Aprovado

Institui o procedimento de descentralização de créditos orçamentários

Relator na CCJ - deputado João Paulo Kleinübing (PFL)

Relator na CFT - deputado Dionei Walter da Silva (PT)

PL nº 260/03 - Aprovado

Institui Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais

Relator na CCJ - Julio Garcia (PFL)

Relator na CFT - deputado Wilson Vieira - *Dentinho* (PT)

PLC nº 02/04 - Aprovado

Define o percentual de 11% para a contribuição previdenciária dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Santa Catarina

Relator na CCJ - deputado Joares Ponticelli (PP)

Relator na CFT - deputado Jorginho Mello (PSDB)

PLC nº 05.1/04 - Aprovado

Altera a Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, criando a Gerência de Fitoterapia e criando o cargo de gerente para a área.

Relator na CCJ - deputado Jorginho Mello (PSDB)

Relator na CFT - deputado Dionei Walter da Silva (PT)

PLC nº 04.0/04 - Aprovado

Redistribui cargos de provimento efetivo de professor, do quadro de pessoal do magistério público estadual para a Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE.

Relator na CCJ - deputado Jorginho Mello (PSDB)

Relator na CFT - deputado Antônio Carlos Vieira - *Vieirão* (PP)

PL 07.8/04 - Aprovado

Autoriza a aquisição pelo governo estadual, por doação, de três áreas de terra do município de Joinville, destinadas à construção de unidades de ensino.

PL 08.9/04 - Aprovado

Autoriza a aquisição pelo governo, por doação, de um imóvel do município de Maravilha, destinada à instalação de unidade de ensino.

PL nº 09.0/04 - Aprovado

Estabelece novo valor para o salário do governador do Estado, passando de R\$ 8 mil para R\$ 10 mil.

Originado na Comissão de Finanças, através de proposta de autoria do deputado Rogério Mendonça - *Peninha* (PMDB), foi relatado pelo deputado Antônio Ceron (PFL), que a preside.

Os 500 anos de São Francisco do Sul

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

O dia 5 de janeiro de 2004 ficou marcado nos corações e na vida da população de São Francisco do Sul, quando o município comemorou os 500 anos de seu descobrimento

Carlos Agne

Há exatamente cinco séculos, o espírito desbravador de um navegante francês abria as portas para um dos cenários mais bonitos do litoral brasileiro e, na data que marca este feito, a Assembléia Legislativa e os poderes Executivo e Judiciário se instalaram na cidade para homenagear o município e seu povo.

O presidente do Legislativo, deputado Volnei Morastoni (PT), acompanhou os festejos preparados pela prefeitura e comunidade desde às 6 horas e que culminou com a sessão solene, proposta pela deputada Simone Schramm (PMDB) e subscrita pelos deputados Wilson Vieira - Dentinho (PT), Nilson Gonçalves (PSDB) e Francisco de Assis (PT). "Foi um dia emocionante e de muito prazer em conviver com

essa população do município que faz 500 anos e que, particularmente, me chama a atenção, pelo sonho social acalentado desde o século 19, de construir uma sociedade organizada com base nos ideais do francês Francisco Fourier, o predecessor do socialismo moderno", lembrou Morastoni. A história da cidade começa com a chegada dos franceses; por volta de 1842, que fundaram o *Falanstério* do Sul, na parte continental da ilha. Essa colônia industrial francesa deveria ser transformada numa metrópole de renovação social, que ajudaria a resolver as crises vividas pela Europa da época, fomentando o crescimento intelectual e social da comunidade ali instalada. "A experiência foi estimulada por Benoit Jules Mure, responsável pela instalação do Instituto Homeopático do Rio de Janeiro, que, juntamente com os



Patrimônio histórico da São Chico é motivo de orgulho para Santa Catarina

consulados francês e brasileiro, recrutava os colonos interessados em participar dessa empreitada no Brasil", complementou o presidente, que é médico e adepto da homeopatia.

Homenagens

Durante a sessão solene, por iniciativa da deputada Simone, foi homenageado o artista plástico Juarez Machado, que presenteou *São Chico* com duas esculturas em aço, comemorativas aos 500 anos. "O pai do Juarez é natural de *São Chico*. A mãe do Juarez me contou que seu sonho de menino era construir uma jangada e dar a volta ao mundo. Com a ajuda de alguns amigos, tentou seu intento, mas a embar-

cação acabou afundando, pois foi feita de madeira verde," contou a parlamentar.

"Meu sonho de criança, hoje torna-se realidade e a volta ao mundo conseguiu dar com essa homenagem que recebo. Hoje, como pintor, meu desejo é embelezar os olhos de vocês. Com humildade, digo que sou o vosso pintor", respondeu o artista.

Ainda durante a sessão foram homenageados, por solicitação da parlamentar, os ex-deputados Aderbal Tavares Lopes, Francisco de Mascarenhas, Geovah José de Freitas Amarante, Joaquim José Silveira Júnior, Manoel Gomes da Nóbrega, Olívio Nóbrega, Rogério Vieira, Francisco Machado de Souza, Arnaldo Claro São Tiago e Manoel Deodoro de Carvalho. Também a professora Rosa Dulcelina Lima de Avis, que há mais de 50 anos levou a educação para crianças e jovens franciscanenses, recebeu honraria proposta pela parlamentar.



Deputada Simone e o artista plástico Juarez Machado

Presentes

A diretora da Divisão de Documentação da Assembléia, Vera Lúcia Farias procedeu a leitura de documentos manuscritos e impressos referentes a São Francisco do Sul - livro que foi entregue às autoridades juntamente com um vídeo-documentário realizado pela TV AL sobre os 500 anos do município.

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, se apresentou no palco montado junto ao Centro Histórico e anunciou que projetos culturais e de preservação da memória de São Francisco do Sul serão concretizados pelo governo Lula ainda neste ano.

Participaram ainda da sessão solene, os deputados Mauro Mariani (PMDB), Sérgio Godinho (PTB), Dionei Walter da Silva (PT) e Rogério Mendonça (PMDB).

O evento contou com a presença do governador Luiz Henrique da Silveira, do presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador Antonio do Amaral e Silva, de secretários estaduais, políticos e lideranças da região, do secretário especial da Pesca e representante do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, José Fritsch, do prefeito Odilon Ferreira de Oliveira, dos senadores Leonel Pavan e Ideli Salvati.



Autoridades estaduais, municipais e federais prestigaram as comemorações